

EDUARDO BUENO



CAPITÃES DO BRASIL

A SAGA DOS PRIMEIROS COLONIZADORES

ESTACÃO
BRASIL

I

A COSTA DO OURO E DA PRATA

Em busca do Rei Branco

No dia 20 de novembro de 1530, o fidalgo Martim Afonso de Sousa foi chamado ao Paço de Évora para uma reunião com o rei D. João III. Aos 30 anos de idade, Martim Afonso era amigo pessoal e convivia com o monarca desde a infância. Mas, até então, nunca tinha sido incumbido de missão tão importante quanto aquela para a qual seria designado. Disposto a enviar uma grande expedição ao Brasil – a maior desde a descoberta em 1500 e a primeira comandada por um fidalgo –, D. João fora aconselhado por seu principal assessor, D. Antônio de Ataíde, a escolher Martim Afonso para chefiar aquela missão.

Ao longo das três décadas que se seguiram à descoberta feita por Pedro Álvares Cabral, os portugueses tinham deixado o Brasil virtualmente abandonado. Estavam mais interessados em conquistar a Índia e em manter em funcionamento as várias feitorias instaladas na costa ocidental da África. Mas, como o assédio dos traficantes franceses de pau-brasil ao desguarnecido litoral do Nordeste do Brasil estava se tornando cada vez mais ostensivo, D. João III e seus conselheiros perceberam que seria preciso enfrentar imediatamente o inimigo.

O principal objetivo da expedição, porém, era muito mais ousado e ambicioso do que a mera expulsão dos franceses. Acontecimentos surpreendentes, ocorridos poucos meses antes, levariam o rei de Portugal a encarregar Martim Afonso de Sousa da missão de descobrir uma misteriosa serra da Prata e tentar conquistar o território do lendário Rei Branco.

As notícias sobre um riquíssimo reino indígena localizado no cume de grandes montanhas nevadas em algum lugar do oeste da América do Sul não eram novas. Elas haviam chegado à Europa no verão de 1515, depois

que o navegador João de Lisboa descobrira um vasto estuário, localizado na porção meridional do continente. Seguindo a rota de João de Lisboa, o capitão Juan Díaz de Solís – um português naturalizado castelhano – também navegara pela foz daquele enorme rio, em janeiro de 1516.

Os integrantes de ambas as expedições tinham retornado da América com um relato extraordinário: de acordo com as informações que recolheram dos nativos, aquele rio nascia em uma grande cordilheira, recoberta por neves eternas. No topo dessas montanhas, vivia um “povo serrano” que possuía “muitíssimo ouro batido, usado à moda de armadura, na frente e ao peito”,¹ além de inúmeros objetos de prata.

Embora João de Lisboa tivesse batizado o estuário com o nome de rio de Santa Maria, ele logo passou a ser chamado de rio da Prata. Mas o impacto das notícias obtidas por sua expedição foi tal que, a partir de então, os portugueses passaram a designar a porção meridional do litoral sul-americano de Costa do ouro e da prata.

O nome, em si, era bastante elucidativo. Não só porque, nessa mesma época, o Nordeste do Brasil era conhecido como “Costa do (pau) brasil” – denominação que, mais tarde, acabaria batizando todo o futuro país –, mas também porque, com aquela designação, os portugueses estavam repetindo um expediente que já haviam *utilizado na África*.

Se a Costa do Brasil não despertara o interesse dos lusos – pelo menos não até os franceses se instalarem nela –, o inverso ocorreu com a misteriosa Costa do ouro e da prata, cuja conquista se tornou uma obsessão para Portugal e Espanha.

A COSTA DA ÁFRICA

Os territórios descobertos e conquistados pelos lusos na África foram batizados, no século XV, com os nomes das principais mercadorias que podiam ser obtidas neles. Surgiram, dessa forma, as designações Costa do Marfim, Costa da Malagueta, Costa dos Escravos e Costa da Mina (onde ficavam as minas de ouro da Guiné e o local no qual foi construída a fortaleza de São Jorge da Mina). Alguns desses nomes se mantêm até hoje.

Apesar de o rio da Prata ter sido descoberto por João de Lisboa, coube a integrantes da expedição de Juan Díaz de Solís obter a confirmação de que a serra da Prata e o Rei Branco não eram uma lenda, mas uma espantosa realidade.

Solís fora morto pelos nativos logo após ter chegado ao estuário do Prata. Quando as duas caravelas que ele comandava iniciaram a viagem de volta para a Europa, um dos navios naufragou na ponta sul da ilha de Santa Catarina, no verão de 1516. Os sobreviventes se instalaram em um pequeno vilarejo – que ficaria conhecido como porto dos Patos – erguido numa enseada em frente à ilha. Durante mais de uma década, eles viveram ali.²

No início de 1524, oito anos depois de ter se estabelecido no porto dos Patos, um dos naufragos de Solís – o português Aleixo Garcia – decidiu averiguar a veracidade das lendas relativas ao Rei Branco, incansavelmente repetidas pelos nativos com os quais ele convivia. Acompanhado por cerca de dois mil indígenas, Garcia partiu de Santa Catarina para realizar uma das mais extraordinárias viagens da história da exploração da América do Sul.

Aleixo Garcia seguiu por uma antiga trilha indígena, chamada Peabiru,³ que conduzia do sul do Brasil até o altiplano boliviano. Tendo chegado aos arredores da atual cidade de Sucre, ele e seus acompanhantes atacaram e saquearam as cidades fronteiriças do Império Inca, obtendo 40 cestos repletos de objetos de ouro e prata. A expedição comprovou que o Rei Branco de fato existia: chamava-se *Huyana Capac* e era o soberano de um riquíssimo e vasto reino indígena, o Império Inca. Sem saber, Aleixo Garcia esteve a menos de 200



A SERRA E SEU REI

Potosí significa, em quíchua, “montanha que tropeja”. Segundo a lenda registrada por Inca Garcilaso de la Vega, o cerro recebera esse nome pois, quando o Inca Huayna Capac mandou explorá-lo, os emissários que lá chegaram ouviram ruídos estrondosos que julgaram ser a “voz” da montanha. Além de aterrador, o som tinha um significado: “Afastem-se daqui”, teria dito a voz fantasmagórica. “As riquezas desta montanha não são para vocês. Estão reservadas para homens que virão de além.” Fato ou ficção, a verdade é que Potosí acabou sendo descoberta pelos espanhóis em 1545 e os seis mil metros cúbicos de prata que seus escravos indígenas extraíram dali revolucionaram a economia europeia. Huayna Capac (acima), o Rei Branco das lendas nativas, foi um dos maiores imperadores incas de todos os tempos. Morreu em 1525 e seus filhos, Huáscar e Atahualpa, travaram uma guerra civil para sucedê-lo. Atahualpa a venceu.

quilômetros da serra da Prata – que também não era uma lenda, mas um cerro de 600 metros, quase que inteiramente de prata, conhecido pelos indígenas pelo nome de *Potosí*.

Na viagem de volta a Santa Catarina, Aleixo Garcia foi morto às margens do rio Paraguai pelos temíveis Payaguá. Alguns sobreviventes de sua tropa conseguiram retornar ao porto dos Patos. Entre os farrapos que os cobriam, eles trouxeram uns poucos objetos de ouro e prata. O naufrago Henrique Montes – um companheiro de Garcia que não tomara parte da jornada até a Bolívia – se encarregou de guardar aquelas peças.

O BERGANTIM

Bergantim (abaixo) era um pequenos barco movido a remo, com um ou dois mastros com vela latina (como se chamavam as velas de formato triangular, “las trinas”). Essa embarcação tinha, em geral, cerca de 17 metros de comprimento por 3 metros de largura e contava com 16 bancos para os remeiros. Vários degredados e naufragos que viviam no litoral brasileiro construíam seus próprios bergantins, geralmente de cedro e usando mão de obra indígena. Com esses barcos, eles percorriam boa parte da costa, entre Santa Catarina e São Vicente. Os exploradores europeus logo descobriram que o bergantim também era a embarcação ideal para navegar pelo delta do rio Paraná, o principal formador do rio da Prata.



Alguns meses mais tarde, em outubro de 1526, o navegador veneziano Sebastião Caboto – viajando sob bandeira castelhana – fez escala na ilha de Santa Catarina. Montes então subiu a bordo do navio de Caboto e, entre risos e prantos que beiravam a histeria, mostrou-lhe os objetos que Aleixo Garcia obtivera na Bolívia, convencendo-o a explorar o rio da Prata e tentar a conquista dos domínios do Rei Branco.

Ao longo de quase dois anos, guiado por Montes, Caboto percorreu a bacia do Prata e nada encontrou. Então, no dia 7 de maio de 1528, quando navegava pelo rio Paraná, Caboto deparou com outra embarcação de bandeira castelhana subindo o mesmo rio. Esse barco era um *bergantim* e seu capitão se chamava Diego Garcia. Ao contrário de Caboto – que havia partido da Espanha com destino às ilhas Molucas, na Malásia –, Garcia fora encarregado pela Coroa castelhana da missão de explorar o Prata. Depois de muitas discussões e ameaças mútuas, os dois capitães concordaram em

unir suas forças e realizar uma expedição conjunta em busca do Rei Branco e da serra da Prata.

Diego Garcia subira o rio Paraná guiado por um português chamado Gonçalo da Costa. Por mais de 20 anos, Gonçalo vivera desterrado em Cananeia, no litoral sul de São Paulo, instalado nos domínios do mais misterioso degredado da história do Brasil – o homem que ficou conhecido como o *Bacharel de Cananeia*. Fora justamente em Cananeia, onde fizera escala em janeiro de 1528, que Garcia havia encontrado Gonçalo da Costa. Além de comprar o bergantim que pertencia a Gonçalo, Diego Garcia o tomou como guia de sua expedição ao Prata.

Durante quase dois anos Caboto e Garcia – sempre em companhia de Henrique Montes e Gonçalo da Costa – navegaram pelo alto Paraná e por vários de seus afluentes. Atacados pelos nativos, lutando contra as correntes, as febres palustres e a fome, eles passaram cerca de quinze meses percorrendo um emaranhado de rios e ilhas fluviais, e não acharam nada de valor.

Em fins de setembro de 1529, Diego Garcia resolveu desistir e iniciou sua jornada de retorno para a Europa. Um mês mais tarde, fatigado e desiludido, Caboto tomou o mesmo rumo. No dia 23 de julho de 1530, após uma escala de vários meses em Cananeia, Garcia aportou em Sevilha. Junto com ele desembarcou Gonçalo da Costa – que trazia consigo duas de suas esposas nativas, quatro filhos, oito filhas e outros parentes.

As mulheres de Gonçalo eram filhas do Bacharel de Cananeia com algumas de suas companheiras nativas. Por isso, no relato que fez

O MISTERIOSO BACHAREL

Não se sabe quem era nem quando chegou ao Brasil o enigmático Bacharel de Cananeia. Seu verdadeiro nome talvez fosse Duarte Peres (ou Pires). O historiador Jaime Cortesão defendeu a ousada tese de que o Bacharel foi deixado no Brasil em janeiro de 1499 por uma expedição secreta chefiada por Bartolomeu Dias. Em dezembro de 1498, Dias (o primeiro navegador europeu a dobrar o cabo da Boa Esperança) estava na ilha de São Tomé, em Cabo Verde. Documentos provam que, naquela época, ali vivia um degredado chamado de “Bacharel”. De acordo com Cortesão, antes de retornar para Lisboa, Dias teria realizado uma viagem exploratória pelo Atlântico, chegando ao litoral sul do Brasil quase dois anos antes de Cabral e deixando o Bacharel degredado na nova terra. A maior parte dos historiadores, no entanto, acredita que o Bacharel foi abandonado em Cananeia em 1501, pela expedição de Américo Vespúcio. Mas em um ponto todos concordaram: o Bacharel de Cananeia foi o primeiro europeu a se estabelecer na América do Sul.

sobre a expedição, sempre que se referiu à Gonçalo da Costa, Diego Garcia o chamou de “genro do Bacharel”.

Em 28 de julho – cinco dias após a chegada de Diego Garcia à Espanha – Sebastião Caboto também aportou em Sevilha. Vinha em companhia de Henrique Montes, miseravelmente derrotado e sem um único objeto de ouro ou prata – com exceção das peças obtidas anos antes por Aleixo Garcia e das quais o próprio Montes se tornara depositário, pois fizera a promessa de colocá-las no altar da Virgem de Guadalupe, a santa de sua devoção.⁴

O NÁUFRAGO E O DEGREDADO VOLTAM A PORTUGAL

A chegada de Caboto à Espanha repercutiu intensamente em Lisboa. Sua evidente derrota foi saudada por um certo Simão Afonso, agente português que se encontrava em Sevilha. No dia 2 de agosto, Afonso escreveu para D. João III relatando que Caboto havia desembarcado “muito desbaratado e pobre, sem ouro ou prata nem coisa alguma de proveito aos seus armadores, e dos duzentos homens que levou não traz mais de vinte, que os demais lá ficaram mortos, uns de trabalhos e fome, outros de guerra, porque os índios os mataram a flechadas e desfizeram uma fortaleza de madeira que lá tinham feito”.

Após assegurar que os sobreviventes continuavam acreditando que a região era “muito rica em coisas de prata e ouro”, Simão Afonso recomendava que D. João III tratasse de enviar “o mais breve possível” uma expedição para o Prata, pois, com toda a certeza “a terra ficara deserta, a não ser pela gente morta e pelo gasto perdido”.⁵

Antes mesmo de receber essa carta, D. João III já havia iniciado os preparativos para o envio de uma grande expedição ao Brasil. O projeto estava em andamento desde fins de 1529. Mas, ao ser informado de que as explorações de Sebastião Caboto e Diego Garcia haviam sido feitas sob a orientação de náufragos e de degredados portugueses, o rei percebeu que a ajuda daqueles homens seria decisiva para o sucesso da missão. Determinou, portanto, que o próprio Simão Afonso atraísse Gonçalo da Costa e Henrique Montes para Lisboa.

Em fins de outubro de 1530, Gonçalo da Costa chegou a Portugal e foi recebido na corte pelo próprio D. João III. Após lhe perguntar “coisas

sobre o rio de Solís, que os portugueses chamam da Prata”,⁶ o rei lhe ofereceu dinheiro e “mercês” para que guiasse uma expedição à região. Mas acabou não havendo acordo entre o monarca e o degredado: como os assessores de D. João não autorizaram Gonçalo a retornar a Sevilha para pegar suas mulheres e os filhos, ele fugiu de Portugal e retornou dissimuladamente à Espanha.

O rei teve mais sorte com Henrique Montes. Conduzido à corte no início de novembro de 1530, o naufrago que por 15 anos vivera no porto dos Patos aceitou a oferta de D. João III e, no dia 16 daquele mês, foi feito “cavaleiro da Casa Real”, com direito a um salário anual de 2.400 *reais*. Ao mesmo tempo, o monarca também o nomeou “provedor da armada de Martim Afonso de Sousa, tanto no mar quanto na terra”.

Henrique Montes tornou-se, assim, o principal responsável pela obtenção dos mantimentos da futura expedição. Ele já ocupara esse mesmo cargo na armada de Caboto, e D. João III sabia que, graças a suas relações com os indígenas do Brasil, Montes seria capaz de obter pescado, milho, farinha de mandioca e outros gêneros para alimentar a tropa de 400 homens que integraria a expedição cujo comando o rei iria entregar, dali a alguns dias, ao fidalgo Martim Afonso de Sousa.

OS BASTIDORES DA EXPEDIÇÃO DE MARTIM AFONSO

Companheiro de infância de *D. João III*, Martim Afonso era o sujeito de origem nobre que, poucas semanas antes, o rei escolhera para chefiar a primeira grande expedição destinada

O DINHEIRO

A moeda corrente em Portugal no século XVI era o cruzado – embora a moeda de conta ainda fosse o real – 400 reais perfaziam um cruzado. Um cruzado, por sua vez, equivalia a 3,5 gramas de ouro. O plural da palavra real era tanto réis como reais. No século XVI, no entanto, o plural mais usado era “reais” – e esse será o termo usado ao longo deste livro. Para efeitos comparativos: o salário de um marinheiro e de um trabalhador braçal era de 10 cruzados mensais; uma nau custava 20 mil cruzados. Um escravo africano podia ser comprado por 3 mil cruzados e um escrivão de cartório ganhava 40 cruzados. A moeda franca na Europa Ocidental, naquela época, era o ducado – o equivalente ao dólar nos dias de hoje. Um ducado era igual a um cruzado. Abaixo, retrato do futuro rei D. João III aos 6 anos, quando já convivia com Martim Afonso.



O AMIGO DO REI

D. Antônio de Ataíde era filho de D. Álvaro de Ataíde e de D. Violante de Távora.

D. Violante era tida como uma mulher de personalidade forte – característica herdada pelo filho. Ela era irmã de Lopo de Sousa (pai de Martim Afonso) e de João de Sousa (pai de Tomé de Sousa, futuro governador-geral do Brasil). D. Violante, Lopo e João eram filhos de Pedro de Sousa e de

D. Maria Pinheiro. A figura-chave da família era justamente a matriarca, D. Maria Pinheiro, avó de D. Antônio de Ataíde e de Martim Afonso. D. Maria fora apelidada de “moura encantada” porque, além de ter “sangue judeu”, comentava-se que ela havia “enfiteijado”

D. Álvaro, forçando-o a se casar com ela. Mais tarde teria ficado provado que a “acusação” de que D. Maria era judia convertida fora intriga armada por D. Antônio Carneiro, desafeto do todo-poderoso Antônio de Ataíde (abaixo).



ao Brasil após três décadas de virtual abandono. Sua nomeação formal para o cargo, porém, só foi assinada em 20 de novembro de 1530 – quatro dias após o naufrago Henrique Montes ter se tornado cavaleiro da Casa Real.

Além de antigas e estreitas ligações com o rei, Martim Afonso também era primo-irmão de D. Antônio de Ataíde, conde da Castanheira, membro do Conselho Real e ministro das Finanças, Ataíde era o principal assessor de D. João III. Na verdade, há indícios de que a expedição fora planejada por insistência dele próprio. Embora seu papel tenha sido esquecido pelos historiadores e seu nome raramente seja mencionado nos livros de história do Brasil, *D. Ataíde* começava a se tornar, naquele momento, uma figura-chave para os destinos da colônia. Até a sua morte, em 1563, nada se faria no Brasil sem seu apoio ou consentimento.

Ao longo de todo o segundo semestre de 1530, D. Antônio de Ataíde havia conduzido tensas negociações diplomáticas com representantes do rei da França, Francisco I. O principal tema daquelas discussões fora o assédio dos traficantes franceses ao Brasil. Como Francisco I contestava a validade jurídica do Tratado de Tordesilhas – firmado entre Portugal e Espanha em 1494 –, ele não se opunha ao tráfico de pau-brasil realizado por seus súditos nas desguarnecidas praias do Nordeste brasileiro, onde esses comerciantes contavam com o apoio de várias nações indígenas.

Convencido de que a ação dos contrabandistas não iria cessar apenas em função dos frágeis acordos diplomáticos que fora capaz de obter, Ataíde empenhou-se em convencer D. João III a enviar

uma poderosa armada com a missão de vigiar e punir os invasores.

Como Martim Afonso era primo-irmão e passara a infância e a juventude em companhia de Ataíde, vários historiadores asseguram que ele foi escolhido para chefiar a grande expedição ao Brasil devido às articulações feitas por seu primo nos bastidores da corte. De fato, é bastante provável que a escolha tenha se concretizado por influência do conde. Mas o motivo real que levou Ataíde a indicar o nome de Martim Afonso não parece ter sido o de beneficiar seu primo, mas sim, como se verá, afastá-lo do convívio com o rei.

OS TRÊS AMIGOS

Martim Afonso, Antônio de Ataíde e o rei D. João III tinham sido companheiros inseparáveis durante a infância e a juventude. Ataíde e Martim Afonso nasceram em 1500 – ano em que Cabral descobriu oficialmente o Brasil. D. João era dois anos mais jovem.

Por volta de 1517, a crescente influência que os dois primos exerciam sobre o futuro monarca começou a preocupar o rei D. Manoel, pai de D. João. “Martim Afonso e D. Antônio de Ataíde eram tão contínuos com o príncipe, e o príncipe com eles, que não podia estar momento sem eles, e estando com eles não falava nem folgava com nenhuma cousa senão com eles, de modo que El Rei [D. Manoel] imaginou que podia ser feitiço”, chegou a escrever, alguns anos mais tarde, o historiador Gaspar Correia, um dos cronistas oficiais do reino.

AS BODAS DA DISCÓRDIA

O conflito entre D. Manoel e o príncipe D. João se agravou depois que o rei decidiu casar com D. Leonor, irmã de Carlos I, rei da Espanha e futuro imperador do Sacro Império Romano. D. Leonor tinha sido prometida ao próprio D. João. Mas, ao ficar viúvo em 1517, D. Manoel tomou a súbita decisão de casar com a infanta que estava destinada a ser esposa de seu filho. O casamento (abaixo) se realizou em novembro de 1518. Julgando-se humilhado pelo pai, D. João se aproximou ainda mais de Antônio de Ataíde e de Martim Afonso. Não foi só o príncipe que ficou indignado com a decisão de D. Manoel: em Portugal, todos “temeram que a rainha moça passasse a dirigir o desorientado espírito do rei”. D. Manoel tinha 56 anos e D. Leonor, apenas 17.





UM OUSADO FIDALGO

Martim Afonso de Sousa (acima) nasceu em 1500, no castelo do duque de Bragança, na cidade de Vila Viçosa, no Alentejo, sudoeste de Portugal. Seu pai, Lopo de Sousa, descendente do fidalgo Martim Afonso Chichorro (filho bastardo do rei D. Afonso III), era aio do quarto duque de Bragança, D. Jaime. D. Jaime, tido como homem cruel, fez de Lopo de Sousa alcaide-mor (ou governador) da província de Bragança. A dinastia de Bragança assumiria o trono de Portugal em 1640, reinando por 270 anos.

Ao perceber que D. João vivia “em constantes murmurações pelo palácio”,⁷ sempre em companhia de seus dois confidentes, D. Manoel, disposto a abortar uma possível conspiração, resolveu acabar o mais rapidamente possível com o convívio entre os três jovens amigos. No início de 1519, quando um fidalgo português foi morto em uma escaramuça e dois criados de Antônio de Ataíde foram acusados pelo crime, o rei encontrou o pretexto ideal para prendê-lo e afastá-lo da corte. A seguir, enviou um de seus principais assessores, D. Nuno Manuel, com uma mensagem clara para o outro amigo de seu filho, Martim Afonso: o jovem fidalgo deveria deixar Lisboa e voltar a servir seu antigo senhor, o duque de Bragança, D. Jaime.

De fato, o pai de Martim Afonso, Lopo de Sousa, fora alcaide-mor (ou governador) da província de Bragança e o principal servidor do duque D. Jaime. Após a morte de Lopo de Sousa, ocorrida em 1515, Martim Afonso já deveria tê-lo substituído no cargo. Mas, naquela ocasião, abrindo mão do polpudo salário anual de 55 mil reais, Martim Afonso preferiu permanecer na corte, junto ao príncipe. A um amigo, justificou a decisão dizendo: “O duque pode fazer-me alcaide-mor, mas o rei pode fazer-me duque.”

Nos primeiros meses de 1519, *Martim Afonso* – tido como um jovem impetuoso e de personalidade forte – ousou desafiar os desígnios do rei D. Manoel e simplesmente se recusou a retornar à casa do duque de Bragança. Embora impedido de privar da companhia do príncipe D. João, Martim Afonso permaneceu em Lisboa.

Vitimado por um surto de peste que assolou Portugal, o rei D. Manoel – que o povo chamava

de “o Venturoso” – morreu no dia 13 dezembro de 1521, aos 62 anos. D. João III assumiu o trono nas vésperas do Natal. Tinha 19 anos de idade. Já livre da prisão, D. Ataíde voltou ao convívio do monarca e, em março de 1523, D. João III o fez conde da Castanheira. Martim Afonso de Sousa ficou enciumado com o crescente poder e as “mercês” obtidas por seu primo – mesmo porque, ao contrário do que esperava, D. João não o tornou duque.

Em maio de 1523, D. João decidiu enviar a rainha viúva D. Leonor de volta para a corte do irmão dela, o já então imperador Carlos V, casando-se em seguida com a outra irmã do imperador, D. Catarina da Áustria. Martim Afonso fez parte do séquito que conduziu D. Leonor de volta a Castela. Durante a viagem, conheceu, em Salamanca, D. Ana Pimentel, filha de um dos homens mais nobres e ricos daquela província e que, até então, fora dama de companhia da futura rainha D. Catarina.

Decidido a ficar em Castela, Martim Afonso se casou com Ana Pimentel em novembro de 1524. Um mês depois, foi convocado por Carlos V para tomar parte na luta contra os franceses: Carlos V e Francisco I estavam em guerra desde 1521. No inverno de 1525, Martim Afonso teve uma participação destacada no cerco e tomada de Fuenterrábia, cidade próxima a Pamplona, na província de Navarra, no noroeste da Espanha. O imperador elogiou-o publicamente e o convidou a permanecer em Castela.

Enquanto Martim Afonso lutava sob a bandeira de Castela, mantendo-se numa espécie de autoexílio, D. Ataíde ia se tornando um dos principais assessores do rei D. João III. Astucioso, letrado e ambicioso, ele logo sobrepuiu os demais conselheiros do rei, virou uma espécie do secretário-geral de Estado e, em 1529, o monarca o fez vedor da Fazenda (ou ministro das finanças). Seu caminho rumo ao topo estava pavimentado.

Ao retornar da Espanha, a convite do próprio D. João III, Martim Afonso não foi capaz de reocupar lugar tão próximo ao soberano quanto aquele que desfrutara nos seus verdes anos. “A privança era resfriada”, anotou um cronista do reino. Ainda assim, para evitar que os antigos laços entre seu primo e o rei voltassem a se estreitar, D. Ataíde ardilosamente indicou Martim Afonso para chefiar a expedição que ele convencera D. João a enviar ao Brasil.

Além de ser uma missão perigosa, ela manteria seu potencial rival afastado da corte por pelo menos três anos.

O CONFLITO COM OS FRANCESES

O CORSÁRIO DO REI

Jean Ango, o visconde de Dieppe, era uma das maiores fortunas da França no século XVI e um dos mais poderosos armadores de sua época. Entre naus, galeões, barcas, caravelas e barcos pesqueiros, sua frota possuía centenas de navios. Sua rede de negócios, sediada em Rouen, se estendia do Oriente Médio aos Países Baixos, passando pelas Ilhas Britânicas e chegando até o Canadá. Sua maior fonte de renda provinha do comércio com a Turquia.

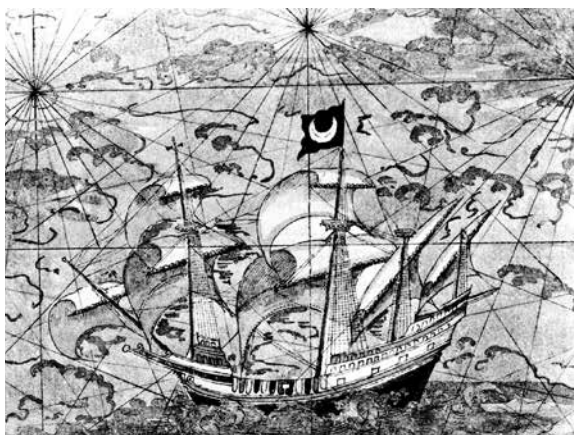
Por isso, Ango estampou na bandeira de seus navios a Lua Crescente – símbolo das nações muçulmanas. Ango também foi o principal financiador das viagens dos irmãos Verrazano, das explorações de Jacques Cartier e do tráfico de pau-brasil no Nordeste do Brasil. Ele morreu na miséria, em 1551. Abaixo, um dos navios de Ango com a bandeira da Lua Crescente.

De início, o principal motivo que levara Ataíde a concluir que o envio de uma armada para o Brasil não poderia mais ser adiado fora, de fato, o permanente assédio dos franceses ao território colonial que Portugal até então desprezara.

Francisco I estava de tal forma disposto a ignorar as estipulações do Tratado de Tordesilhas que, em duro e irônico diálogo com certo diplomata espanhol, chegou a dizer que “gostaria de ver a cláusula do testamento de Adão” que o afastara “da partilha do mundo”. Assim sendo, ele nunca se preocupou em reprimir o tráfico de pau-brasil – uma atividade considerada ilegal pelos portugueses e que os marinheiros da Normandia haviam transformado em um vultoso negócio.

O principal financiador das viagens feitas pelos contrabandistas normandos ao Brasil era o mercador *Jean Ango* (pronuncia-se Angô), o poderoso visconde de Dieppe. O choque entre os interesses de Portugal e França precipitara-se em fins de 1529, quando uma barca e um galeão de Jean Ango foram capturados pela frota de

patrulhamento que os portugueses mantinham nos Açores. Dono de uma ampla rede de comércio internacional e com uma esquadra de *centenas de navios*, o visconde de Dieppe ameaçou declarar pessoalmente guerra à Portugal e bloquear o porto de Lisboa.



No dia 27 de junho de 1530, pressionado por Anjo, Francisco I concedeu-lhe uma “carta de marca”: era uma autorização oficial para o exercício da atividade corsária, mediante a qual o visconde de Dieppe poderia atacar embarcações lusas até se ressarcir do prejuízo de 200 mil cruzados, valor suposto dos navios que lhe haviam sido apreendidos.

A atitude de Francisco I deixou D. João III indignado e, em julho de 1530, ele escreveu para o rei da França dizendo que considerava a concessão da carta “guerra manifesta”, comparando o episódio “aos pequenos princípios de onde se acendem os grandes fogos”. Logo após redigir seu protesto formal, D. João tratou de enviar D. Ataíde para França. Supostamente, a missão de seu principal assessor seria a de representá-lo no casamento de *D. Leonor* – a viúva de D. Manoel e irmã de Carlos V –, que agora iria se unir ao rei Francisco I. O casamento – que se realizou no dia 21 de julho – fora ajustado entre o soberano da França e o imperador de Castela como forma de dar um fim ao conflito que travavam havia quase uma década.

Após as *núpcias reais*, Ataíde permaneceu em Paris. Nesse período, em companhia de D. Diogo de Gouveia – que era o principal representante diplomático de D. João III na França e, em breve, também iria desempenhar um papel decisivo no destino do Brasil –, o conde manteve inúmeras reuniões com os representantes do rei Francisco I.

Conduzidas por Ataíde, as negociações entre Portugal e França se prolongaram por cerca de um ano. Então, em 15 de julho de 1531, após várias idas e vindas a Lisboa, Ataíde contornou o litígio com Jean Anjo: por 100 mil cruzados, comprou-



UMA RAINHA INFELIZ

Um ano e meio após a morte de D. Manoel, D. João III decidiu mandar a viúva D. Leonor de volta para a corte do irmão dela, o imperador Carlos V. Alguns conselheiros do monarca português achavam que ele deveria casar-se com D. Leonor. Mas D. João continuava indignado com o fato de ela ter desposado seu pai. Portanto, não só preferiu casar com a irmã dela, D. Catarina, como reteve em Portugal a infanta D. Maria, única filha de D. Leonor (acima) com D. Manoel. Como seu casamento com Francisco I fora apenas um arranjo, o monarca francês jamais se interessou por D. Leonor: ele era apaixonado por sua amante, a duquesa de Etampes. D. Leonor foi bastante infeliz na França e jamais voltou a ver sua filha, D. Maria.

-lhe a carta de corso. Na mesma ocasião, subornou o almirante Phillipe Chabot, comandante da frota francesa do Atlântico: em troca de 10 mil cruzados, obteve dele a promessa de que os traficantes de pau-brasil não mais iriam empreender viagens ao Brasil (*veja nota lateral*). Mas, como o próprio D. Ataíde suspeitava, os problemas com os franceses estavam longe de terminar.

O CONFLITO COM CASTELA

Enquanto Ataíde negociava arduamente com os franceses, chegaram a Lisboa os primeiros indícios concretos sobre a existência do Rei Branco e a serra da Prata. Por conta deles, a expedição que, de início, o conde queria enviar basicamente para dar combate aos franceses adquiriu importância ainda maior. A descoberta das riquezas do Prata tornou-se seu objetivo primordial.

Nesse contexto, a escolha de Martim Afonso não pode ser reduzida a uma mera manobra diversionista do poderoso Ataíde. A indicação revela também a importância que o próprio D. João III concedia ao empreendimento. Afinal, o monarca se dispusera a investir muito dinheiro no projeto. E, além de dispendiosa, a expedição precisava ser chefiada por alguém de confiança, já que poderia resultar em conflitos diplomáticos com Castela – em cujas possessões ficava o rio da Prata.

Com duas naus, duas caravelas e um galeão, tripulados por 400 homens, a armada de Martim Afonso de Sousa se constituía na maior e mais cara expedição que Portugal enviaria ao Brasil desde o descobrimento. A viagem iria custar ao Tesouro

O ALMIRANTE SUSPEITO

Phillipe Chabot (abaixo), senhor de Brion, conde de Charney e marquês de Mirabeau, era o almirante responsável pela esquadra francesa do Atlântico. Depois de aceitar o suborno de D. Ataíde, ele caiu em desgraça na França. Acusado de malversação de dinheiro, prevaricação, peculato e corrupção, foi banido da corte e despojado de seus títulos, bens e pensões, numa trama urdida por seus inimigos. Após anos de ostracismo, foi considerado inocente e, em 1542, recuperou seus bens e galardões. Mas mal pode usufruir deles, já que morreu no início de 1543.



Régio cerca de 300 mil cruzados – cerca de um terço das despesas anuais da Coroa.

No dia 20 de novembro de 1530, Martim Afonso dirigiu-se ao Paço de Évora para receber das mãos de D. João III a carta que lhe concedia amplos poderes para a realização de sua missão. De fato, o comandante-mor da armada estava autorizado a doar terras em sesmarias para os fidalgos que o acompanhavam e fora encarregado de nomear tabeliães e oficiais de justiça, lavrar autos e tomar posse de todo o território brasileiro situado dentro da linha demarcatória de Tordesilhas. Também tinha poder de vida ou morte sobre os homens que o acompanhavam – com exceção dos fidalgos, que deveriam ser julgados na corte.

Os poderes concentrados nas mãos de Martim Afonso têm levado vários historiadores a afirmar que sua expedição foi enviada com a missão de dar início à efetiva colonização do Brasil. Mas todos os atos que o comandante tomou ao longo dos três anos em que permaneceu na América do Sul demonstram que seu projeto primordial era tentar a conquista da serra da Prata e do território do Rei Branco.

Os rumores de que uma expedição com tais dimensões estava sendo preparada em Lisboa evidentemente não tardaram a chegar à Espanha. O primeiro a revelar em que ponto se encontravam os preparativos fora o próprio Gonçalo da Costa – o “genro do Bacharel”, que fugira de Lisboa após recusar o convite de tomar parte naquela missão. Durante sua entrevista secreta com D. João, em outubro de 1530, Gonçalo não só tomara



A BELA IMPERATRIZ

A imperatriz D. Isabel, nascida em 1503, era filha do rei D. Manoel com sua segunda esposa, D. Maria de Aragão, desse modo, além de irmã de D. João III, rei de Portugal, também era prima de Carlos I, rei de Castela desde 1517 e que, em 1520, se tornara imperador do Sacro Império Romano com o título de Carlos V. Ela e o futuro marido se viram pela primeira vez em 9 de março de 1526, quando Carlos V chegou à Espanha pela segunda vez na vida. Casaram-se no dia seguinte e passaram a lua de mel na Alhambra, o fabuloso castelo construído pelos mouros em Granada. D. Isabel era uma mulher lindíssima (como revela o retrato acima, pintado por Tiziano) e tudo indica que Carlos V fosse apaixonado por ela. Mas os dois se viam pouco: de 1528 a 1539, o imperador ficou só dois anos em Castela. Mas em 1539, quando D. Isabel morreu, Carlos V encerrou-se em um mosteiro e vestiu luto por meses.

conhecimento do envio iminente da frota como soubera quais eram seus objetivos. Ao retornar à Espanha para reencontrar a família, ele contou o que sabia à imperatriz D. Isabel.

Filha do rei D. Manoel e, portanto, irmã de D. João III, *D. Isabel* estava casada com o imperador Carlos V desde 1526. Por dever de lealdade à nova Coroa e ao próprio marido (que, como de hábito, se encontrava ausente de Castela), D. Isabel enviou protestos formais a seu irmão D. João, uma vez que não restavam dúvidas de que a região do rio da Prata estava dentro da zona espanhola da demarcação estabelecida em Tordesilhas.

A tensa situação que se criou entre as duas Coroas ficou registrada numa série de despachos diplomáticos. No dia 17 de fevereiro de 1531, a imperatriz escreveu para Lope Hurtado de Mendoza determinando que seu embaixador em Lisboa obtivesse confirmação sobre os supostos propósitos da expedição. Conforme relatava na carta, ela fora informada por Gonçalo da Costa que a armada se destinava a “expulsar os franceses da costa do Brasil, fazer fortalezas em alguns portos e entrar por terra em direção ao rio da Prata, a partir do porto de São Vicente, que fica na demarcação do rei de Portugal”.⁸

No dia 19 de abril, Hurtado de Mendoza respondia a D. Isabel dizendo que, após muitas dificuldades, fora capaz de obter uma audiência com D. João III, durante a qual, não sem alguma desfaçatez, o monarca lhe dissera que “não se recordava bem das ordens que dera a Martim Afonso, que mandaria verificar as instruções que lhe transmitira” e só depois enviaria um comunicado à imperatriz sua irmã.

Tal resposta causou furor em Sevilha. Por isso, em 27 de maio de 1531, por ordem expressa de D. Isabel, o próprio Lope de Hurtado entregou a D. João uma intimação oficial. Lavrado em cartório, diante de várias testemunhas, o documento afirmava que, além de ficar dentro das possessões castelhanas, o rio da Prata tinha sido descoberto por Juan Díaz de Solís em 1515 e que sua bacia, formada pelos rios Paraguai e Paraná, fora explorada nos dois anos anteriores por Sebastião Caboto e Diego Garcia. D. João, portanto, era intimado a “não enviar armada nenhuma aos ditos rios”. Do contrário, Castela reagiria dentro dos rigores da lei.

Enquanto as duas Coroas travavam essa guerra verbal – que se prolongaria pelo menos até dezembro de 1531 –, Martim Afonso de Sousa

não só já havia partido para o Brasil como estava prestes a explorar o rio da Prata.

A ILHA BRASIL

A expedição zarpara de Lisboa num sábado, dia 3 de dezembro de 1530 – quase três meses antes, portanto, de D. Isabel enviar sua primeira reclamatória. E os objetivos da frota não se restringiam a combater os franceses, fundar fortalezas e explorar o rio da Prata. Havia um quarto propósito – que, caso fosse então conhecido, teria deixado a Coroa de Castela ainda mais alarmada.

Com efeito, o regimento dado a Martim Afonso estipulava que ele deveria enviar também uma missão de reconhecimento ao imenso e misterioso rio que os espanhóis haviam descoberto em 1500 no norte do Brasil. Vicente Yáñez Pinzón, que fora o primeiro a percorrer aquele extraordinário curso d'água, o havia chamado de Marañón. Quase meio século mais tarde, quando outro navegador espanhol, Francisco de Orellana, foi capaz de navegá-lo da nascente à foz, decidiu rebatizar a monumental estrada líquida que serpentava por mais de 6 mil quilômetros, desde os Andes até o oceano Atlântico, em meio à maior floresta que os europeus jamais haviam visto. Orellana deu-lhe o nome que ele ainda mantém: rio das Amazonas (*leia sobre a viagem de Orellana e a origem do nome “Amazonas” a partir da p. 169*).

O plano de explorar – e, se possível, tomar posse – daquele que, séculos mais

A ILHA CONTINENTAL

O conceito da “ilha Brasil” – já divulgado por mapas portugueses – surgiu por escrito pela primeira vez nos livros do misterioso piloto Jean Alfonse Voyages Aventureux e Cosmographie, lançados em 1544 e 1559, mas escritos entre 1528-32. Investigações minuciosas provaram que Jean Alfonse era português e se chamava João Afonso. Em Voyages Aventureux ele afirma que o Amazonas e o Prata nasciam em um lago interior, fazendo do Brasil uma “ilha” que, segundo ele, fora circum-navegada por um navio espanhol e outro luso, partindo um do Maranhão e o outro do Prata. Se ocorreram, tais viagens continuavam sendo desconhecidas.



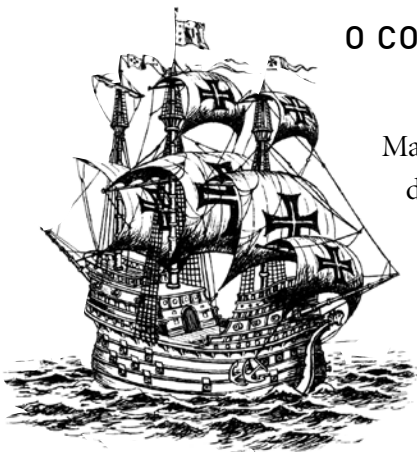
OS CAPITÃES DO BRASIL

A frota comandada por Martim Afonso era composta por um galeão, duas naus e duas caravelas. Não se sabe o nome da nau capitânia, onde viajaram Martim Afonso e seu irmão Pero Lopes. A outra nau,

São Tomé, era capitaniada por João de Sousa, parente de Martim Afonso. O galeão

São Vicente (abaixo) era comandado por Pero Lobo e as caravelas Rosa e Princesa foram chefiadas por Diogo Leite (veterano das expedições de Cristóvão Jaques ao Brasil) e Baltazar Gonçalves (que já chefiara a frota guarda-costas que os portugueses mantinham fundeada nos Açores).

O piloto-mor da expedição era Vicente Lourenço. Todos eram homens calejados e com larga experiência no mar.



tarde, seria reconhecido como o maior rio do planeta, obedecia a um ousado projeto geopolítico lusitano. De acordo com essa doutrina, os limites naturais do território português na América do Sul deveriam ser estabelecidos não pelo tratado de Tordesilhas, mas pela foz do Marañón, ao norte, e pelo estuário do Prata, ao sul. Nos recônditos da corte, a tese era chamada de “Magnus Brasil”.

Um dos principais pesquisadores do tema, o historiador luso Jaime Cortesão, rebatizou esse conceito expansionista dando-lhe, por volta de 1950, o nome de “Ilha Brasil”. A denominação faz sentido, pois, em função dessa teoria geopolítica, os portugueses passaram a acreditar (ou decidiram fingir que acreditavam) que o Brasil era uma espécie de *território insular* situado dentro dos amplos braços do Amazonas e do Prata. Julgava-se então que ambos os rios brotavam de uma mesma nascente: uma imensa lagoa, localizada em algum lugar no interior inexplorado do continente. Surgia, assim, o mito da Lagoa Dourada – em busca da qual dezenas de expedições partiriam ao longo dos dois séculos seguintes.

O COMBATE AOS FRANCESES

Embora vários integrantes da armada de Martim Afonso de fato acreditassem na existência da fabulosa Lagoa Dourada, nada despertava mais a cobiça dos expedicionários do que a busca pelo Rei Branco e a serra da Prata – sobre os quais existiam indícios concretos. Há registros de que, nas semanas que antecederam o embarque, a excitação e o alvoroço tomavam conta do porto de

◆ ESTAÇÃO ◆
BRASIL

ESTAÇÃO BRASIL é o ponto de encontro dos leitores que desejam redescobrir o Brasil. Queremos revisitar e revisar a história, discutir ideias, revelar as nossas belezas e denunciar as nossas misérias. Os livros da ESTAÇÃO BRASIL misturam-se com o corpo e a alma de nosso país, e apontam para o futuro.

E o nosso futuro será tanto melhor quanto mais e melhor conhecermos o nosso passado e a nós mesmos.